DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE PIRAJUÍ

Conforme Lei Municipal nº 2.491, de 05 de abril de 2017

www.pirajui.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/pirajui

SUMÁRIO

Poder Executivo 2
Atos Oficiais 2
Portarias 2
Atos Administrativos 3
Edital de Chamamento 3
Licitações e Contratos 43
Homologação / Adjudicação 43
Aditivos / Aditamentos / Supressões 43

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Pirajuí, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Pirajuí poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.pirajui.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/pirajui
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Pirajuí
CNPJ 44.555.027/0001-16
Praça Dr. Pedro da Rocha Braga, 116
Telefone: (14) 3572-8222
Site: www.pirajui.sp.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/pirajui

Câmara Municipal de Pirajuí
CNPJ 51.499.044/0001-49
Rua 13 de Maio, 477
Telefone: (14) 3572-1444
Site: www.camarapirajui.sp.gov.br

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pirajuí
CNPJ 47.579.479/0001-26
Rua Abel de Oliveira, 51
Telefone: (14) 3572-1207 | (14) 3572-1230
Site: www.saaepirajui.sp.gov.br

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Pirajuí garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.pirajui.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/pirajui

PODER EXECUTIVO

Atos Oficiais

Portarias

PORTARIA nº 8927/2025

ROSALINA SONIA DOS SANTOS, Prefeita Municipal de Pirajuí, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE

Artigo 1º- EXONERAR, VERA MARIA POLITO DA SILVA, do cargo de Secretária de Saúde, Subsídio, a partir desta data.

Artigo 2º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pirajuí, 25 de novembro de 2025.

ROSALINA SONIA DOS SANTOS

PREFEITA MUNICIPAL

.....

PORTARIA nº 8928/2025

ROSALINA SONIA DOS SANTOS, Prefeita Municipal de Pirajuí, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE

Artigo 1º- EXONERAR, a pedido, FABIO RIBEIRO DA SILVA, do cargo de Diretor Administrativo, Referência 09, a partir desta data.

Artigo 2º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pirajuí, 25 de novembro de 2025.

ROSALINA SONIA DOS SANTOS

PREFEITA MUNICIPAL

.....

Município de Pirajuí

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 8929/2025

ROSALINA SONIA DOS SANTOS, Prefeita Municipal de Pirajuí, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE

Artigo 1º- INDICAR CAREN CRISTINA PEREIRA DA SILVA, para substituir e responder pelo expediente do Encarregado de Departamento Pessoal, em razão do período de férias do senhor **JURANDIR ALVES CARVALHO,** Encarregado de Departamento Pessoal, do dia 13 à 22 de novembro de 2025.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 13 de novembro de 2025.

Pirajuí, 25 de novembro de 2025.

ROSALINA SONIA DOS SANTOS

PREFEITA MUNICIPAL

.....

Atos Administrativos

Edital de Chamamento

CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2025

PROCESSO Nº 003/2025

EDITAL LEI ALDIR BLANC Nº 003/2025

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROPOSTAS DE FOMENTO PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA, NO ÂMBITO DA LEI Nº 14.399, DE 8 DE JULHO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, no âmbito da Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022 e dá outras providências.

1. OBJETO

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS , MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE CULTURA, FOMENTO INCENTIVO A CULTURA

FONTE DE RECURSOS: 100/003.1700 – TRANSFERÊNCIA SETOR CULTURAL RECURSOS DA UNIÃO

2. 3 Este edital poderá ser suplementado, caso haja interesse público e disponibilidade orçamentária suficiente.

3. QUEM PODE SE INSCREVER

3.1 Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente no Municipio de Pirajui há pelo menos 1 (um) ano.

3.2 No mínimo 50% (cinquenta por cento) do montante total dos recursos disponibilizados para este edital serão destinados a projetos de proponentes que tenham sede (Pessoa Jurídica e ou Pessoa Fisica) ou residência (cooperado, no caso de Cooperativas) no Município de Pirajui Estado de São Paulo.

3.3 Em regra, o agente cultural pode ser:

I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)

III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)

IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

3.4 O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do Proposta de Fomento.

3.5 Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VI.
3.6 O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do Proposta de Fomento e deve exercer necessariamente a função de criação, direção, produção, coordenação, gestão artística ou outra função de destaque e capacidade de decisão no Proposta de Fomento.
3.7 O Anexo I deve ser consultado para fins de verificação das condições de participação de todos os proponentes.

4. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

4.1 Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:
I - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
4.2 O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.
4.3 Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar Proposta de Fomentos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1.
4.4 A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item.

5. COTAS

5.1 Fica garantida a Política de Cotas em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções:
a) no mínimo 25% para pessoas negras (pretas e pardas); e

b) no mínimo 10% para pessoas indígenas e ribeirinhas;
c) no mínimo 5% para pessoas com deficiência.

5.2 Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
5.3 Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados na vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
5.4 Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida

deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

5.5 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
5.6 Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 5.6 , as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.
5.7 Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo VII.
5.8 Para fins de verificação da autodeclaração, serão realizados os seguintes procedimentos complementares:

II - solicitação de carta consubstanciada;

5.9 As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I – pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;
II – pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no Proposta de Fomento cultural;

III – pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do Proposta de Fomento cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas; e
IV – outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.]

5.10 As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima.

6. PRAZO PARA SE INSCREVER

6.1 Para se inscrever no Edital, o proponente deve encaminhar toda documentação obrigatória relatada no item 7, entre os dias 25 de Novembro de 2025 ao dia 01 de Dezembro de 2025.

7. COMO SE INSCREVER

7.1 O proponente deve encaminhar a documentação obrigatória de que trata o item 7.2 via link https://forms.gle/2uhAgeRTS718Q6n16 no edital da Diretoria de Cultura e Turismo, Praça Dr. Pedro da Rocha Braga, 116 – Centro - Pirajui – SP.

7.2 O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:
a) Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (proposta);
b) Currículo do proponente;
c) Documentos pessoais do proponente CPF e RG (se Pessoa Física);
d) Mini currículo dos integrantes da Proposta de Fomento;
7.3 O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu Proposta de Fomento.

7.4 Cada Proponente poderá concorrer neste edital com, no máximo 3 (três) propostas de fomento e poderá ser contemplado com no máximo 2 (duas) propostas.

7.5 O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação.
7.6 As inscrições deste edital são gratuitas.

7.7 As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

8. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DAS PROPOSTAS
8.1 O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Formulário de Inscrição e anexar ao link do formulario, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.

8.2 A estimativa de custos do Proposta de Fomento será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa.
8.3 A compatibilidade entre a estimativa de custos do Proposta de Fomento e os preços praticados nomercado será avaliada pelos membros da comissão de seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados nomercado.
8.4 A estimativa de custos do Proposta de Fomento poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragense comunidades quilombolas e tradicionais.

8.5 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o Proposta de Fomento apresentado.
8.6 Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de mérito cultural, conforme dispõe o item 12.8.
8.7 O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada Proposta de Fomento, conforme Anexo I do presente edital.

9. ACESSIBILIDADE
9.1 As Propostas de Fomentos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto,nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:

I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo Proposta de Fomento, pela iniciativa ou pelo espaço; e

III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de Proposta de Fomentos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e dasofertas culturais em geral.
9.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:

I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;

III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;

IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou

V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
9.3 Os Proposta de Fomentos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendoassegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do Proposta de Fomento.
9.4 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:
I - for inaplicável em razão das características do objeto cultural, a exemplo de Proposta de Fomentoscujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual ; ou
II - quando o Proposta de Fomento já contemplar integralmente as medidas de acessibilidadecompatíveis com as características do objeto cultural.
9.5 Para Proposta de Fomentos cujo objeto seja a produção audiovisual, consideram-se integralmentecumpridas as medidas de acessibilidade de que trata o subitem II do item 9.4 quando aprodução contemplar legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS
- Língua Brasileira de Sinais.
9.6 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável.

10. CONTRAPARTIDA
10.1 Os agentes culturais contemplados neste edital deverão garantir, como contrapartida, as seguintes medidas:
I - a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como aos profissionais de saúde, preferencialmente aqueles envolvidos no combate à pandemia, e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, ou de atividades

solicitadas previamente pela gestão municipal em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita; e
II - sempre que possível, exibições com interação popular por meio da internet ou exibições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos para os grupos referidos no item I, em intervalos regulares.

10.2 As contrapartidas deverão ser informadas no Formulário de Inscrição e devem ser executadas até 31 de dezembro de 2025.

11. ETAPAS DO EDITAL

11.1 A seleção das Proposta de Fomentos submetidos a este Edital será composta das seguintesetapas:

I - Análise de mérito cultural dos Proposta de Fomentos: fase de análise do Proposta de Fomento realizada por comissão de seleção; e

II - Habilitação: fase de análise dos documentos de habilitação do proponente, descritos no tópico 14.

12. ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROPOSTA DE FOMENTOS

12.1 Entende-se por “Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos Proposta de Fomentos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.

12.2 Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada Proposta de Fomento, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros Proposta de Fomentos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada Proposta de Fomento é atribuída em função desta comparação.

12.3 A análise dos Proposta de Fomentos culturais será realizada por Comissão de seleção formada por Pareceristas externos contratados.

12.4 A Comissão de Seleção será coordenada pelo Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto Municipal n° 3638/2025.

12.5 Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação de Proposta de Fomentos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:

I - tenham interesse direto na matéria;

II- tenham participado como colaborador na elaboração do Proposta de Fomento ou tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e

estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro.

12.6 O membro da comissão que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.

12.7 Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo III.

12.8 Contra a decisão da fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Diretoria de Cultura e Turismo, situada na Praça Dr. Pedro da Rocha Braga, 116 - Centro Pirajui - SP

12.9 Os recursos de que tratam o item 12.18 deverão ser apresentados no prazo de 3 (três) dias uteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

14.1 Finalizada a etapa de análise de mérito cultural,, o proponente do Proposta de Fomento contemplado deverá, no prazo de 3 (três) dias uteis, apresentar os seguintes documentos, conforme sua natureza jurídica:

14.1.1 PESSOA FÍSICA

I - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;

II - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pelo órgão competente;

II - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

IV - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.

14.1.2 PESSOA JURÍDICA

I - inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
II - atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;

III - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
IV - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; V - certidões negativas de débitos estaduais e municipais, expedidas pelo órgão competente
VI - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VII - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
14.2 As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.

14.3 Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado à Diretoria de Cultura e Turismo, situada Praça Doutor Pedro da Rocha Braga n° 116 – Bairro Centro – CEP 16.600-041 – Pirajuí/SP
14.3 Os recursos de trata o item 14.3 deverão ser apresentados no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.
14.4 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
14.5 Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

15. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS
15.1 Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
15.2 O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pelo Secretaria Municipal de Educação e Cultura contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

15.3 Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único.
15.4 A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.

15.5 O agente cultural deve assinar o Termo de Execução Cultural até 3 (três) dias uteis sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

16. DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE FOMENTOS
16.1 Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação das Propostas de Fomentos exibirão as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura.

17.2 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo V. O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até 6 (seis) meses a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS
18.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no http://www.pirajui.sp.gov.br/
18.2 e nas mídias sociais oficiais.
18.3 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site http://www.pirajui.sp.gov.br/

18.4 Demais informações podem ser obtidas através do e- mail cultura.turismo@pirajui.sp.gov.br
18.5 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.
18.6 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando o ente público de qualquer responsabilidade civil ou penal.

18.7 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.
18.8 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital.
18.9 Compõem este Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Categorias de apoio;
Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;

Anexo III - Critérios de seleção

Anexo IV - Termo de Execução Cultural;

Anexo V - Relatório de Execução do Objeto;

Anexo VI - Declaração de representação de grupo ou coletivo; e

Anexo VII - Declaração étnico-racial

EDITAL DE INCENTIVO CULTURAL 003/2025
ANEXO I - CATEGORIAS – INCENTIVOS

1. RECURSOS DO EDITAL

O presente edital possui valor total de R$ 173.877,99 (cento e setenta e tres mil oitocentos e setenta e sete reais e noventa e nove centavos), distribuidos da seguinte forma.

a) CATEGORIA A: Sera disponibilizado 13 (treze) incentivo a projeto cultural no seguinte

APRESENTAÇÕES	R$ 173.877,99	VERBA DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC / 2024	DATAS
Worshop de artesanato	R$ 8.000,00	O Workshop de Artesanato visa fomentar a economia criativa local por meio do ensino de técnicas artesanais variadas, como bordado, reciclagem criativa, técnicas em tecido, bijuterias, cerâmica fria, pinturas decorativas ou outros métodos tradicionais da região.	MINIMO DE 120 MINUTOS
Workshop de pintura em tela infantil	R$ 8.000,00	O Workshop de Pintura em Tela Infantil é uma atividade formativa voltada para crianças, com o objetivo de estimular a criatividade, a expressão artística e o desenvolvimento cognitivo por meio do contato direto com técnicas básicas de pintura. A oficina oferece às crianças a oportunidade de experimentar materiais profissionais de forma lúdica, guiadas por um arte-educador especializado. Durante o workshop, os participantes aprenderão sobre cores, formas, composição e técnicas simples de pintura em tela, desenvolvendo uma obra autoral ao final do encontro. A atividade valoriza o processo criativo individual, respeita as subjetividades infantis e promove um espaço seguro e afetuoso para a expressão artística. Com duração de (x horas), o workshop será realizado no (local), com capacidade para (x crianças), e inclui todo o material necessário: telas, tintas, pincéis e aventais. Ao término da atividade, cada criança levará sua própria pintura para casa, reforçando o sentimento de pertencimento e valorização da produção artística local. A ação contribui para a formação cultural da infância no município, ampliando o acesso às artes visuais e fortalecendo a educação estética desde os primeiros anos.	MINIMO DE 120 MINUTOS
Workshop de Costura Matriz e Raízes Têxteis	R$ 8.000,00	O Workshop “Costura Matriz e Raízes Têxteis” tem como objetivo promover o resgate, a valorização e a preservação das tradições têxteis brasileiras, com ênfase nas influências afro-brasileiras, indígenas e das comunidades tradicionais. A atividade busca integrar técnica, memória e identidade cultural, proporcionando aos participantes uma vivência prática e formativa no universo da costura artesanal e da produção têxtil de matriz cultural. Durante o workshop, os participantes aprenderão técnicas fundamentadas nas práticas ancestrais, como pontos tradicionais, bordados simbólicos, costura manual, criação de peças utilitárias e ornamentais, além da contextualização histórica das referências têxteis trabalhadas. A metodologia envolve momentos de vivência prática, troca de saberes, demonstrações guiadas, e rodas de conversa sobre simbolismos, territorialidade e identidade cultural expressa nos tecidos. A atividade é acessível a pessoas de todas as idades, mesmo sem experiência prévia na costura, e será conduzida por artesão(a)/instrutor(a) especializado(a) em técnicas têxteis tradicionais. Ao final do processo, cada participante produzirá uma peça artesanal que representará sua própria conexão com as raízes têxteis brasileiras. O workshop contribui diretamente para o fortalecimento da economia criativa local, estimulando a autonomia produtiva, o empreendedorismo cultural, a formação	MINIMO DE 120 MINUTOS

		de novos artesãos e a preservação dos saberes ancestrais que compõem a diversidade cultural do município.	
Oficina Teatro Adulto	R$ 7.000,00	A Oficina de Teatro Adulto propõe um mergulho na criação cênica por meio de exercícios de corpo, voz, improvisação e construção dramatúrgica. A formação estimula a expressão, comunicação, presença cênica e construção coletiva de personagens e cenas. Indicada para jovens e adultos, iniciantes ou com experiência, a atividade favorece o desenvolvimento artístico e pessoal, ampliando repertório cultural e incentivando a participação ativa dos cidadãos na produção cultural do município.	MINIMO DE 06 MESES
Show sertanejo	R$ 4.000,00	O Show Sertanejo apresenta um espetáculo musical ao vivo com repertório de música sertaneja e universitária, celebrando tradições musicais do interior paulista. O evento contará com artista(s) local(is) ou regional(is), equipe técnica completa e estrutura de som e iluminação. A apresentação promove entretenimento acessível, valorização da cultura sertaneja e fortalecimento do calendário cultural da cidade.	MINIMO DE 90 MINUTOS
Show sertanejo	R$ 4.000,00	O Show Sertanejo apresenta um espetáculo musical ao vivo com repertório de música sertaneja e universitária, celebrando tradições musicais do interior paulista. O evento contará com artista(s) local(is) ou regional(is), equipe técnica completa e estrutura de som e iluminação. A apresentação promove entretenimento acessível, valorização da cultura sertaneja e fortalecimento do calendário cultural da cidade.	MINIMO DE 90 MINUTOS
Show sertanejo	R$ 4.000,00	O Show Sertanejo apresenta um espetáculo musical ao vivo com repertório de música sertaneja e universitária, celebrando tradições musicais do interior paulista. O evento contará com artista(s) local(is) ou regional(is), equipe técnica completa e estrutura de som e iluminação. A apresentação promove entretenimento acessível, valorização da cultura sertaneja e fortalecimento do calendário cultural da cidade.	MINIMO DE 90 MINUTOS
Show sertanejo	R$ 4.000,00	O Show Sertanejo apresenta um espetáculo musical ao vivo com repertório de música sertaneja e universitária, celebrando tradições musicais do interior paulista. O evento contará com artista(s) local(is) ou regional(is), equipe técnica completa e estrutura de som e iluminação. A apresentação promove entretenimento acessível, valorização da cultura sertaneja e fortalecimento do calendário cultural da cidade.	MINIMO DE 90 MINUTOS
Show pagode	R$ 4.000,00	O Show de Pagode propõe uma apresentação musical vibrante, participativa e acessível ao público, valorizando a tradição do pagode brasileiro e sua forte relação com a cultura popular. A atividade consiste em um espetáculo ao vivo com duração média conforme edital, conduzido por grupo ou artista especializado no gênero, oferecendo ao público uma experiência musical que reúne ritmo, harmonia e interação direta com a plateia. A apresentação inclui um repertório composto por clássicos do pagode, sucessos contemporâneos e músicas autorais (quando houver), buscando promover a celebração, o lazer e o fortalecimento das manifestações culturais urbanas. O formato do show permite grande envolvimento do público, reforçando vínculos sociais e estimulando a ocupação cultural dos espaços públicos do município. A ação contempla estrutura técnica adequada – som, iluminação e equipe de produção – garantindo qualidade artística e segurança. O evento é aberto a todas as faixas etárias, com foco em promover acesso democrático à música, auxiliar na formação de público e contribuir para a valorização da cena cultural local. O Show de Pagode integra-se às diretrizes do edital ao oferecer entretenimento cultural acessível, estimular a economia criativa e potencializar a	MINIMO DE 90 MINUTOS

		diversidade artística no município.	
Show modão raiz	R$ 4.000,00	O Show Sertanejo Modão Raiz apresenta um espetáculo musical ao vivo com repertório de música sertaneja raiz, celebrando tradições musicais do interior paulista. O evento contará com artista(s) local(is) ou regional(is), equipe técnica completa e estrutura de som e iluminação. A apresentação promove entretenimento acessível, valorização da cultura sertaneja e fortalecimento do calendário cultural da cidade.	MINIMO DE 90 MINUTOS
Parada de Natal	R$ 15.000,00	A Parada de Natal é uma intervenção cultural de rua que reúne música, dança, teatro e elementos cênicos natalinos em um cortejo festivo pelas principais vias da cidade. O evento contará com personagens temáticos, figurinos especiais, performances artísticas, banda ao vivo e interação direta com o público. A ação tem como objetivo promover encantamento, inclusão social e ocupação cultural do espaço urbano, fortalecendo o espírito comunitário e celebrando as tradições natalinas. A parada contribui para dinamizar o comércio local, incentivar a participação coletiva e proporcionar uma experiência artística acessível para toda a população.	MINIMO DE 180 MINUTOS
Oficina de Teatro Infantil	R$ 14.000,00	A **Oficina de Teatro Infantil** tem como objetivo introduzir crianças ao universo cênico por meio de atividades lúdicas, criativas e educativas. A proposta trabalha expressão corporal, desenvoltura vocal, imaginação e socialização, utilizando jogos teatrais, dinâmicas colaborativas e pequenas montagens de cenas. A oficina busca despertar o interesse das crianças pelas artes cênicas, promovendo autonomia, criatividade e construção coletiva. Durante os encontros, os participantes serão conduzidos a explorar diferentes elementos do teatro — como improvisação, criação de personagens, movimentos do corpo, construção narrativa e noções básicas de palco — sempre de maneira divertida e adequada à faixa etária. Ao final do processo, será realizada uma **apresentação aberta ao público**, com uma pequena cena criada pelas próprias crianças, valorizando o protagonismo infantil e a participação da comunidade. A oficina é destinada a crianças de 6 a 12 anos, não exigindo experiência prévia. Todas as atividades serão planejadas com foco na inclusão, acessibilidade e desenvolvimento integral, respeitando ritmos individuais e estimulando a convivência coletiva.	MINIMO DE 06 MESES
Oficina de música	R$ 14.000,00	A Oficina de Música propõe introduzir participantes ao estudo musical através de prática instrumental, canto, percepção musical, ritmo e teoria aplicada. A atividade será conduzida por músico/professor capacitado, que trabalhará conteúdos como leitura básica de partituras ou cifras, afinação, técnica vocal ou instrumental e exercícios coletivos de ensemble. O foco é desenvolver habilidades artísticas e expressivas, incentivar a criatividade e fortalecer a cultura musical local. A oficina terá duração de **(x horas)**, realizada no **(local)** com **(x vagas)**. Ao final, os participantes apresentarão uma performance coletiva ou demonstração dos conteúdos trabalhados, fomentando o acesso à formação musical no município.	MINIMO DE 06 MESES

Oficina de Ballet	R$ 14.000,00	A Oficina de Ballet tem como finalidade introduzir crianças e adolescentes aos princípios básicos da técnica clássica. Através de aulas práticas, os participantes aprendem postura, coordenação motora, musicalidade, consciência corporal e noções fundamentais do ballet tradicional. A metodologia aplicada respeita as capacidades e limites individuais, promovendo disciplina, concentração e autoestima. A oficina inclui exercícios de barra, centro, deslocamentos e pequenas sequências coreográficas apropriadas para iniciantes. **Conteúdo programático:** Noções básicas de postura e alinhamento / Exercícios de barra (plié, tendu, relevé etc.) / Coordenação motora e musicalidade / Movimentos no centro e deslocamentos / Introdução à criação coreográfica / Demonstração final para a comunidade	MINIMO DE 06 MESES
Oficina Dança	R$ 14.000,00	A Oficina de Dança tem como objetivo oferecer aos participantes uma vivência prática e formativa no universo da dança, promovendo o desenvolvimento artístico, corporal e cultural da comunidade. A atividade será conduzida por profissional qualificado, proporcionando um espaço de aprendizagem acessível a pessoas de diferentes idades e níveis de experiência. A metodologia da oficina combina **aulas práticas**, **exercícios de expressão corporal**, **sequências coreográficas**, **vivências coletivas**, além de breves **contextualizações históricas e culturais** sobre o estilo trabalhado. A proposta busca estimular a criatividade, ampliar o repertório corporal dos participantes, fortalecer a autoestima e incentivar a formação de novas redes culturais no município. A oficina terá carga horária total de **(x horas)**, divididas em encontros de **(informar duração)** realizados no **(local)**, com capacidade para **(x participantes)**. Ao final do processo, haverá **apresentação aberta ao público** ou demonstração prática dos conteúdos aprendidos, reforçando o caráter formativo e o impacto social da ação. A atividade integra-se às políticas culturais do município ao promover o acesso democrático à arte, fomentar a formação de público e contribuir para o fortalecimento da cadeia cultural local.	MINIMO DE 06 MESES
Oficina Capoeira	R$ 14.000,00	A Oficina de Capoeira tem como propósito promover a transmissão de saberes tradicionais afro-brasileiros por meio da prática da capoeira, integrando movimentos corporais, musicalidade, história e valores culturais que compõem essa expressão reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. A atividade será conduzida por mestre/professor habilitado, com experiência na condução de grupos e na preservação das tradições da capoeira. A oficina envolverá **vivências práticas de movimentos básicos e avançados**, como esquivas, ginga, golpes e acrobacias adaptadas ao nível dos participantes, além de **aulas de musicalidade**, com introdução ao berimbau, pandeiro, atabaque e cantigas tradicionais. A metodologia adotada integra: **Prática corporal guiada / Rodas de conversa sobre a história da capoeira e sua ancestralidade africana / Dinâmicas coletivas de jogos e roda Vivências de musicalidade e canto / Construção de valores como respeito, disciplina, coletividade e identidade cultural**	MINIMO DE 06 MESES

Feira Artesanal	R$ 15.000,00	A Feira de Artesanato e Economia Criativa tem como objetivo reunir artesãos, artistas independentes, produtores locais, coletivos culturais e empreendedores criativos para promover a circulação de produtos autorais e fortalecer a cadeia cultural e econômica do município. O evento contará com exposição e venda de artesanato, moda autoral, gastronomia típica, apresentações artísticas, oficinas rápidas e espaços interativos. A feira fomenta o empreendedorismo criativo, gera renda, amplia redes de colaboração e permite que a comunidade tenha acesso direto aos fazedores de cultura. A iniciativa valoriza a produção local, incentiva a economia solidária e amplia o acesso a bens culturais de forma democrática e inclusiva.	MINIMO DE 30 ARTEOES
Coral de Natal	R$ 5.000,00	O Coral de Natal é uma atividade artístico-cultural destinada a promover apresentações musicais temáticas que celebram o espírito natalino e fortalecem o sentimento de comunidade. A ação reúne cantores locais — podendo incluir crianças, jovens, adultos e idosos — em um espetáculo vocal que resgata tradições, valoriza repertórios populares e eruditos e integra a população por meio da música.	MINIMO DE 30 MINUTOS
Caça Talentos	R$ 4.000,00	O Caça Talentos é uma ação cultural que busca identificar e revelar novos artistas da cidade nas áreas de música, dança, teatro e outras linguagens artísticas. O evento é aberto ao público e inclui inscrições gratuitas, audições presenciais e banca avaliadora composta por profissionais da cultura. A atividade incentiva o protagonismo artístico, estimula o surgimento de novos talentos e fortalece a cadeia produtiva cultural local, abrindo portas para jovens artistas que buscam oportunidades de expressão e profissionalização.	

O montante total dos recursos disponibilizados para este edital serão destinados a projetos de proponentes e ou artistas (Pessoa Jurídica, Pessoa Fisica e ou cooperado, no caso de Cooperativas) que tenham sede ou residência preferencialmente no Município de Pirajui, Estado de São Paulo, de no minimo 01 um ano.
Fica tambem determinado por este edital, que na execução do projeto aprovado, o minimo de 50% da participação cultural seja de escolhas de artistas e agente culturais residentes no Município de Pirajui Estado de São Paulo.

2. QUEM PODE PARTICIPAR

Podem participar deste Edital pessoas físicas, pessoas jurídicas, ou coletivos sem CNPJ atuantes na área de arte e cultura.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2025

ANEXO II – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

1. DADOS DO PROPONENTE

Proponente é pessoa física ou pessoa jurídica?

( ) Pessoa Física

( ) Pessoa Jurídica

PARA PESSOA FÍSICA:

Nome Completo		Nome Social/ Artístico	
CPF		RG	
Data Nasc.		E-mail	
Telefone		Endereço	

Você reside em quais dessas áreas?

( ) Zona urbana central ( ) Zona urbana periférica ( ) Zona rural

( ) Comunidades quilombolas (terra titulada ou em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares)

( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

Pertence a alguma comunidade tradicional?

( ) Não pertenço a comunidade tradicional ( ) Comunidades Ribeirinhas

( ) Comunidades Rurais ( ) Pescadores(as) Artesanais ( ) Povos de Terreiro

Gênero:

( ) Mulher cisgênero ( ) Homem cisgênero ( ) Mulher Transgênero

( ) Homem Transgênero ( ) Pessoa Não Binária ( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:

( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Indígena ( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?

( ) Sim ( ) Não

Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?

( ) Auditiva ( ) Física ( ) Intelectual ( ) Múltipla ( ) Visual

Qual o seu grau de escolaridade?

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?

( ) Nenhuma renda. ( ) Até 1 salário mínimo ( ) De 1 a 3 salários mínimos

( ) De 3 a 5 salários mínimos ( ) De 5 a 8 salários mínimos

( ) De 8 a 10 salários mínimos ( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?

( ) Não ( ) Bolsa família ( ) Benefício de Prestação Continuada ( ) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil ( ) Garantia-Safra ( ) Seguro-Defeso ( ) Outro

Vai concorrer às cotas ?
( ) Sim ( ) Não
Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra ( ) Pessoa indígena
Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista, Artesão(a), Brincante, Criador(a) e afins. ( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins. ( ) Curador(a), Programador(a) e afins. ( ) Produtor(a) ( ) Gestor(a) ( ) Técnico(a) ( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins. ( )_____Outro(a)s
Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não ( ) Sim
Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

PARA PESSOA JURÍDICA:

Razão Social		Nome Fantasia	
CNPJ		Endereço	
Representante Legal		CPF	
Telefone		Endereço	

Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero ( ) Homem cisgênero ( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero ( ) Não Binária ( ) Binárie ( ) Não informar
Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Amarela ( ) Indígena
Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim ( ) Não
Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva ( ) Física ( ) Intelectual ( ) Múltipla ( ) Visual

Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal ( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo ( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo ( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto ( ) Ensino Superior Completo ( ) Pós Graduação completo

2. DADOS DA PROPOSTA
Nome da Proposta:

Categoria que vai concorrer:
( ) Categoria A; ( ) Categoria B; ( ) Categoria C; ( ) Categoria D;

Quais atividades estão previstas na sua proposta? Quantifique.

Quais são as principais áreas de atuação do proponente?
Descrição
Objetivos
Metas

Perfil do público a ser atingido
Medidas de acessibilidade empregadas
Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil; ( ) rampas; ( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos; ( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência; ( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência; ( ) assentos para pessoas obesas; ( ) iluminação adequada; ( ) Outra
_____

Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras; ( ) o sistema Braille; ( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil; ( ) a audiodescrição; ( ) as legendas; ( ) a linguagem simples; ( ) textos adaptados para leitores de tela; e ( ) Outra
_____

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais; ( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural; ( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e ( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Local onde a proposta será executado

Previsão do período de execução do proposta

Data de início:____/___/_____Data final:____/___/_____

Equipe

Nome	Função	CPF/CNPJ	Cota? Qual?

Cronograma de Execução

Atividade Geral	Etapa	Descrição	Início	Fim

Estratégia de divulgação

Contrapartida

Proposta possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Descrição do item	Justificativa	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

Encaminhe junto a esse formulário os seguintes documentos:
RG e CPF do proponente
Currículo do proponente
Mini currículo dos integrantes do projeto

PREFEITURA MUNICIPAL PIRAJUÍ — POLÍTICA NACIONAL PNAB ALDIR BLANC — MINISTÉRIO DA CULTURA — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

CRONOGRAMA DO EDITAL
003/2025

		DESCRIÇÃO	PERIODO
Etapa I	Análise do mérito cultural da proposta	Período de inscrições	Até 7 dias após a publicação do edital
		Análise das propostas pelas comissões de seleção	Até 2 dias após o período de inscrições
		Análise dos Pareceres pelo Comitê Acompanhamento; e Divulgação de resultado de seleção	Até 3 dias após o período de inscrições
		Recursos contra a decisão de mérito cultural	2 dias úteis a partir da públicação do resultado deseleção
		Julgamento dos recursos e Divulgação de resultado da Etapa I	Até 03 dias após o prazo de recursos contra a decisão de mérito cultural
Etapa II	Habilitação documental	Envio da documentação completa no Link de Documentação da PNAB – Politica Nacional de Fomento a Cultura Aldir Blanc	Até 03 dias uteis após a Divulgação de resultado da Etapa I
		Habilitação do conjunto documental e divulgação do resultado final	Até 05 dias após a Divulgação de resultado da Etapa I
		Recursos contra a Habilitação	2 dias úteis a partir da publicação do resultado final da Etapa I
		Julgamento dos recursos e divulgação do resultado da avaliação derecursos econvocaçãodesuplentes(se for o caso)	3 dias úteis
		Resultado Final da Habilitação	Até 5 dias a partir da públicação do resultado final da Etapa I
		Assinatura do Termo de Execução Cultural	Data a ser definida pela Secult
		Repasse do Recurso	Até 10 dias após a Divulgação do Resultado Final da Habilitação

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2025

ANEXO III - CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade da proposta - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas da proposta -** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo da proposta apresenta, como um todo coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	10
B	**Relevância da proposta para o cenário cultural do Municipio de** Pirajui **-** A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do Municipio de Pirajui.	10
C	**Aspectos de integração comunitária na proposta -** considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução às metas, resultados e desdobramentos da proposta proposto -** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica da proposta sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação a	10

	coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária da proposta.	
E	**Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas da proposta proposto -** A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo da proposta, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas -** A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente -** Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	10
H	**Contrapartida -** Será avaliado o interesse público da execução da contrapartida proposta pelo agente cultural	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES PESSOAS FÍSICAS

Identificação do Ponto Extra	Descrição do Ponto Extra	Pontuação Máxima
I	Proponentes do gênero feminino	5
J	Proponentes negros	5
K	Proponentes com deficiência	5
L	Proponente indígena, quilombola ou ribeirinho	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		20 PONTOS

PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação Máxima**
M	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras.	5
N	Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por mulheres	5
O	Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por indígenas, quilombolas ou ribeirinhos.	5
P	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5

PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL	20 PONTOS

- Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em um dos critérios será desclassificado do Edital.
- Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios, de modo que a pontuação 0 em um dos pontos bônus não desclassifica o proponente.

- Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G,H respectivamente.
- Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir: Proponente com mais idade.
- Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 50 pontos.

- Serão desclassificados os projetos que:
  I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
  II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2025

ANEXO IV

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 003/2025

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL QUE TEM POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL Nº 003/2025, NOS TERMOS A SEGUIR DESCRITOS.

1. PARTES

1.1 O **MUNICIPIO DE PIRAJUÍ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 45.555.027/0001-16, com sede à Praça Doutor Pedro da Rocha Braga n° 116 – Bairro Centro Cep 16.600-041 – Pirajuí Estado do São Paulo na pessoa de seu representante legal, a Prefeita Municipal, Rosalina Sonia dos Santos, residente e domiciliado nesta cidade e Comarca de Pirajui, Estado de São Paulo, e o Agente Cultural, NOME: (informar nome do agente cultural), inscrito no CPF: 000.000.000-00, e no CNPJ/MF sob o n° 00.000.000/0000-00 (caso seja pessoa juridica), com sede à Rua xxxxx xxxxxxx xxxxx, n°xxx Bairro xxxxxxxx, Estado do São Paulo, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata a Lei, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da recursos do Governo Federal repassados por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, no âmbito da Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022.

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural LEI ALDIR BLANC, contemplado no conforme processo administrativo nº 003/2025

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de de R$ (imformar numero arabici (informar valor por extenso)

4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da Prefeitura Municipal de Pirajui/Diretoria de Cultura e Turismo:

I) transferir os recursos ao (a) AGENTE CULTURAL;

II) orientar o (a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo (a) AGENTE CULTURAL;

IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

VI) monitorar o cumprimento pelo (a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do (a) AGENTE CULTURAL:

I) executar a ação cultural aprovada;

II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Aldir Blanc na realização da ação cultural;

III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

V) prestar informações à da Prefeitura Municipal de Pirajui/ Secretaria de Educação e Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 30 (Trinta) dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;

VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela Secretaria de Educação e Cultura a contar do recebimento da notificação;

VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Aldir Blanc, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;

VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;

IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 10 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações in loco.

7.2 O agente público responsável elaborará relatório de visita de verificação e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:

I - Encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II - Recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução do objeto, caso considere que não foi possível aferir na visita de verificação que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado; ou

III - recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.

7.2.1. Após o recebimento do processo enviado pelo agente público de que trata o item 7.2, a autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - Determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II - Solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução do objeto, caso

considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes;

III - solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou

IV - Aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.

7.3 O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:

I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou

II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.3.1 O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.

7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:

I - Aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou

II - Reprovação da prestação de informações, parcial ou total.

7.5. Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:

I - Devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;

II - Apresentação de plano de ações compensatórias; ou

III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

7.5.2. Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

7.5.3. Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.

8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I - Prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e

II - Alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.

8.3. Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

8.4. As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.

8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.

8.6. Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1. Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.

9.2. Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem,

o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:

I - Extinto por decurso de prazo;

II - Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

IV - Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

c) violação da legislação aplicável;

d) cometimento de falhas reiteradas na execução;

e) má administração de recursos públicos;

f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

10.3. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

10.4. Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

10.5. Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociados entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1. Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.

11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.

11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 12.1 O Grupo de Trabalho Instituído pelo Decreto Municipal nº 3638 de 04 de Abril de 2025, através do seu Diretor, fará injunção junto a Diretoria de Cultura e Turismo para auxiliar no processo de monitoramento e o controle dos resultados das ações realizadas pelos Agentes Culturais.

13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

14. FORO

14.1. Fica eleito o Foro de Pirajui, Estado do Sao Paulo, como para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Pirajui, 25 de Novembro de 2025.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
Nº 003/2025

ANEXO V

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:

Nome do agente cultural proponente:

Nº do Termo de Execução Cultural

Vigência do projeto:

Valor repassado para o projeto:

Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:

Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?

( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.

( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.

( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.

( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas

Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre a eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas

Metas integralmente cumpridas:

• META 1 [descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]

◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]

Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):

• META 1 [descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]

◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]

◦ justificativa para o não cumprimento integral: [explique porque parte da meta não foi cumprida]

Metas não cumpridas (se houver)

• Meta 1 [descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]

◦ justificativa para o não cumprimento: [explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS

3.1. A execução do projeto gerou algum produto?

Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.

( ) Sim

( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?

Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.

( ) Publicação

( ) Livro

( ) Catálogo

( ) Live (transmissão on-line)

( ) Vídeo

( ) Documentário

( ) Filme

( ) Relatório de pesquisa

( ) Produção musical

( ) Jogo

( ) Artesanato

( ) Obras

( ) Espetáculo

( ) Show musical

( ) Site

( ) Música

( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?

Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?

Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele …

(Você pode marcar mais de uma opção).

( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.

( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.

( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.

( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.

( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.

( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.

( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.

( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações

culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO

Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO

5.1. Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?

Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2. Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?

( ) Sim ( ) Não

Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/ Empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra	Pessoa Quilombola	Pessoa com deficiência
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim/Não	Sim/Não	Sim/Não

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?

( )1. Presencial.

( ) 2. Virtual.

( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?

Você pode marcar mais de uma opção.

( )Youtube

( )Instagram / IGTV

( )Facebook

( )TikTok

( )Google Meet, Zoom etc.

( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?

( )1. Fixas, sempre no mesmo local.

( )2. Itinerantes, em diferentes locais.

( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 1 (Fixas):

6.5 Em que município o projeto aconteceu?

6.6 Em que área do município o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.

( )Zona urbana central.

( )Zona urbana periférica.

( )Zona rural.

( )Área de vulnerabilidade social.

( )Unidades habitacionais.

( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).

( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).

( )Áreas atingidas por barragem.

( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

( )Outros: _____

6.7 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.

( )Equipamento cultural público municipal.

( )Equipamento cultural público estadual.

( )Espaço cultural independente.

( )Escola.

( )Praça.

( )Rua.

( )Parque.

( )Outros

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 2 (itinerante):

6.8 Em quais municípios o projeto aconteceu?

6.9 Em quais áreas o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.

( )Zona urbana central.

( )Zona urbana periférica.

( )Zona rural.

( )Área de vulnerabilidade social.

( )Unidades habitacionais.

( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).

( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).

( )Áreas atingidas por barragem.

( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

( )Outros: _____

6.10 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.

( )Equipamento cultural público municipal.

( )Equipamento cultural público estadual.

( )Espaço cultural independente.

( )Escola.

( )Praça.

( )Rua.

( )Parque.

( )Outros _____

No item 6.4 caso você tenha marcado o item 3 (Base):

6.11 Em quais municípios o projeto aconteceu?

6.12 Em quais áreas o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.

( )Zona urbana central.

( )Zona urbana periférica.

( )Zona rural.

( )Área de vulnerabilidade social.

( )Unidades habitacionais.

( )Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação).

( )Comunidades quilombolas (terra titulada, em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares).

( )Áreas atingidas por barragem.

( )Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

( )Outros: _____

6.13 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.

( )Equipamento cultural público municipal.

( )Equipamento cultural público estadual.

( )Espaço cultural independente.

( )Escola.

( )Praça.

( )Rua.

( )Parque.

( )Outros_____

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO

Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no instagram

8. CONTRAPARTIDA

Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.

9. TÓPICOS ADICIONAIS

Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

10. ANEXOS

Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.

Nome

Assinatura do Agente Cultural Proponente

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2025

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:

NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:

DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

[LOCAL]

[DATA]

DECRETO N.º 8.618 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

Institui a Comissão de Seleção e Julgamento do edital de chamamento público nº 003/2025, processo nº 003/2025, edital nº 003/2025, referente à Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, no âmbito da Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022.

Rosalina Sonia dos Santos, Prefeita Municipal de Pirajui, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e:

Considerando a importância da promoção e fomento à cultura no município de Pirajui-SP, incentivando a produção cultural local e garantindo o acesso da população a atividades culturais diversas;

Considerando que a Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, regulamenta a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, promovendo apoio direto a agentes e projetos culturais;

Considerando a necessidade de regulamentos e estabelecer critérios justos e transparentes para o processo de seleção e julgamento dos projetos apresentados no âmbito do chamamento público;

D E C R E T A:

Artigo 1º. Fica instituída, no âmbito do Município de Pirajui-SP, a Comissão de Seleção e Julgamento dos editais de chamamento público nº 003/2025 e 003/2025, referente à Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, conforme previsto na Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022.

Artigo 2º. Ficam nomeados para compor a Comissão de Seleção e Julgamento os seguintes membros:

I – Rafael Zamboti de Camargo;

II - Marcle Ananias Barroso de Cerqueira;

III - Silvia Aparecida Gomes da Rocha;

IV – Wesley Gabriel Nelzi Pires;

V – Iury Bertochi Sanches.

Parágrafo único - A Comissão de Seleção e Julgamento será presidida pelo Sr. Rafael Zamboti de Camargo, Diretor de Cultura e Turismo do município de Pirajui.

Artigo 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Pirajui, 25 de Novembro de 2025.

Rosalina Sonia dos Santos
Prefeita Municipal

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE PIRAJUÍ

Conforme Lei Municipal nº 2.491, de 05 de abril de 2017

Licitações e Contratos

Homologação / Adjudicação

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 095/2025 DE PREGÃO ELETRÔNIC0 Nº 043/2025

ROSALINA SÔNIA DOS SANTOS, PREFEITA MUNICIPAL DE PIRAJUÍ, ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais, e nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 3.501, de 31 de janeiro de 2024, e demais legislação aplicável, e de acordo com a Ata, realizada no dia 13/11/2025, às 08h30, que, não havendo manifestação quanto à interposição de recurso, sagraram-se vencedoras do certame as **EMPRESAS: 21.303.764 MAYCON ANTONIO DIAS**, CNPJ nº 21.303.764/0001-26, com sede na Rua Osvaldo Cifuentes Repas nº 47 – Bairro Parque Santa Guilhermina – CEP 16.603-038 – Pirajuí – SP, pelo valor total de R$ 11.511,08 (onze mil e quinhentos e onze reais e oito centavos), **PRADO COMERCIO DE ELETRONICOS E SERVICOS DE INSTALACOES LTDA.**, CNPJ nº 04.602.194/0001-56, com sede na Rua Catarina Moranza Belintani nº 171 – Bairro Jardim Alvorada – CEP 13.170-740 – Sumaré – SP, pelo valor total de R$ 89.480,00 (oitenta e nove mil e quatrocentos e oitenta reais) e **AGASERV COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA.**, CNPJ nº 77.853.083/0003-58, com sede na Avenida Guarapari nº 200 – Bairro Caxias do Sul – CEP 29.136-344 – Viana – ES, pelo valor total de R$ 3.750,00 (três mil e setecentos e cinquenta reais), **ADJUDICO** o objeto e **HOMOLOGO** o certame nos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 043/2025, bem como **AUTORIZO** a realização das respectivas despesas.

PIRAJUÍ, 25 DE NOVEMBRO DE 2025.
ROSALINA SÔNIA DOS SANTOS
PREFEITA MUNICIPAL DE PIRAJUÍ

.....

Aditivos / Aditamentos / Supressões

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 100/2025

OBJETO: O objeto da presente licitação é o Aquisição de Equipamentos Odontológicos, para a Secretaria de Saúde, nos termos da tabela abaixo, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I.

DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA: 08/12/2025 às 08h30 (horário de Brasília).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço

MODO DE DISPUTA: Aberto

AMOSTRA: Não

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: Sim

LINK: SCPI Portal de Compras (http://prefeiturapirajui1.ddns.net:8079/COMPRASEDITAL/)

PIRAJUÍ, 24 DE NOVEMBRO DE 2025.
ROSALINA SONIA DOS SANTOS
PREFEITA MUNICIPAL DE PIRAJUÍ

.....

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 101/2025

OBJETO: O objeto da presente licitação é o Aquisição e Instalação de Plataforma Elevatória Hidráulica de Acessibilidade/elevador, nos termos da tabela abaixo, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I.

DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA: 10/12/2025 às 08h30 (horário de Brasília).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço

MODO DE DISPUTA: Aberto

AMOSTRA: Não

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: Sim

LINK: SCPI Portal de Compras (http://prefeiturapirajui1.ddns.net:8079/COMPRASEDITAL/)

PIRAJUÍ, 24 DE NOVEMBRO DE 2025.
ROSALINA SONIA DOS SANTOS
PREFEITA MUNICIPAL DE PIRAJUÍ

.....